

tante, correspondente a 3,46% representa as regiões Norte, Sul, Nordeste.

Discussão/Conclusão: Assim, de acordo com os resultados apresentados, conclui-se que a maior incidência de casos é na região Sudeste, seguida da região Centro-Oeste. Tal fato pode estar intimamente relacionado aos fatores de risco, e formas de prevenção. Com isso, faz-se importante realizar educação em saúde para que possa orientar acerca da febre amarela.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2020.101215>

EP-138

FATORES DETERMINANTES DA EXPANSÃO DA LEISHMANIOSE VISCERAL AMERICANA NO ESTADO DE SÃO PAULO



Marcos Montani Caseiro, Hamida Abdul Malat

Faculdade de Ciências Médicas de Santos (FCMS), Santos, SP, Brasil

Introdução: A leishmaniose visceral americana (LVA) é considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) uma das 10 doenças negligenciadas mais importantes do mundo, sendo causada pelo protozoário *Leishmania infantum* chagasi. No Brasil, seu principal vetor é o flebotomíneo *Lutzomyia longipalpis*, responsável pela manutenção de reservatórios silvestres e em cães domésticos (em áreas urbanas) e pela transmissão ao Homem. A LVA era considerada uma doença endêmica rural e, até 1990, quase que exclusiva da região Nordeste. Os primeiros casos de LVA no estado de São Paulo (SP) foram observados em 1999, o que levantou diferentes hipóteses acerca do contexto de introdução e expansão da doença no estado.

Objetivo: Analisar a epidemiologia da LVA no estado de SP de 1999-2019 e os possíveis fatores contribuintes para sua dispersão no sentido oeste-leste paulista.

Metodologia: Foram utilizados dados epidemiológicos da Superintendência de Controle de Endemias (SUCEN).

Resultados: Dentro do período estudado, foram notificados 3040 casos de LVA no estado de SP. O pico de incidência e óbitos foi em 2008, às custas do GVE Bauru.

Os primeiros casos foram notificados em 1999, nos municípios de Araçatuba e Birigui, localizados na região noroeste do estado e pertencentes ao Grupo de Vigilância Epidemiológica (GVE) de Araçatuba. Até 2002, apenas os municípios deste GVE foram atingidos; a partir daí, iniciou-se a dispersão para outros municípios no sentido oeste-leste, iniciando-se por Bauru.

Discussão/Conclusão: A distribuição geográfica peculiar da LVA no estado SP é alvo de diferentes estudos e fatores explicativos. A Rodovia Marechal Rondon tem trajeto coincidente com os primeiros municípios a notificarem os casos de LVA. Dentre os 16 municípios do GVE Araçatuba interceptados por essa rodovia, apenas 4 não apresentaram casos até 2002; posteriormente, as primeiras cidades de novos GVEs a notificarem também foram as cortadas pela rodovia. Outra importante hipótese aborda dois aspectos: o fato de a Rod. Marechal Rondon se unir à Rod. BR-262 e seguir até Corumbá (Mato Grosso do Sul), cidade endêmica para LVA desde 1982; e a construção do gasoduto Bolívia-Brasil, que mobilizou mão de obra de Corumbá para SP, em 1998. Contextos menores como

a urbanização e fatores climáticos também podem influenciar no ciclo de vida do vetor e, assim, no padrão de comportamento da zoonose. Portanto, os movimentos populacionais e impacto no habitat dos vetores podem ter sido a via pela qual a LVA se instalou e dispersou no estado de SP.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2020.101216>

EP-139

RELAÇÃO DO PERFIL PLUVIOMÉTRICO COM A INCIDÊNCIA DE DENGUE NO ESTADO DE SÃO PAULO



Beatriz Camargo Gazzzi, Evelin Leonara Dias Da Silva, Maria Stella Amorim C. Zöllner

Universidade de Taubaté (UNITAU), Taubaté, SP, Brasil

Introdução: Desde 1986, o Brasil é assolado por sucessivas epidemias de dengue, culminando em sua dispersão geográfica, com importante impacto sobre a saúde coletiva. Esse é um agravo de notificação compulsória, cuja incidência depende tanto de fatores sócio-políticos quanto climático-ambientais. Por tratar-se de uma arbovirose, é transmitida através da picada da fêmea do mosquito *Aedes aegypti*, cuja oviposição e desenvolvimento larvário ocorrem em locais de águas estagnadas. Isso justifica a repercussão dos índices pluviométricos e da variação de temperatura na taxa de infestação pelo inseto e, conseqüentemente, na ocorrência da dengue.

Objetivo: Sua incidência é dependente de uma série de fatores; assim, esse estudo, de caráter populacional-longitudinal, objetiva analisar o impacto do índice pluviométrico nas notificações e casos confirmados dessa arbovirose. Dessa forma, medidas governamentais de prevenção e controle vetorial podem ser implementadas com maior eficácia.

Metodologia: Foram analisados os dados de notificação compulsória de dengue, disponíveis no site do Centro de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo e, os dados médios de precipitação interpolados espacialmente, para o mesmo estado, fornecidos pelo Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos. Selecionamos dados mensais, referentes aos anos de 2015 a 2019, com o intuito de realizar uma análise gráfica, comparativa entre esses dois parâmetros nesse período.

Resultados: Analisando os dados, chegamos aos seguintes resultados: quanto aos meses mais chuvosos, destacamos janeiro, e, quanto aos menos chuvosos, julho, sendo que, dentre os anos estudados, o maior e o menor índices pluviométricos são, respectivamente, 2015 e 2019. Quanto à incidência de dengue no Estado de São Paulo, as flutuações percebidas não correspondem, reflexamente, às observadas nos dados climáticos. Ou seja, as maiores incidências dessa doença não coincidem com os meses mais chuvosos. Além disso, um padrão similar pôde ser observado no comparativo anual.

Discussão/Conclusão: Portanto, esse resultado ratifica a dengue como uma doença de ocorrência multifatorial, e não diretamente dependente apenas de aspectos climáticos e ambientais. Assim, demais variáveis são: a alta capacidade de adaptação do vetor as metrópoles; a urbanização desordenada